Estratégia
Concursos

5º SIMULADO

TJRJ

Simulado Especial

Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da TJ-RJ;

*2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*

3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.

4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;

*5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;

*7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube**. Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.*

8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-16-02

01 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	21 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	41 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
02 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	22 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	42 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
03 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	23 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	43 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
04 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	24 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	44 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
05 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	25 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	45 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
06 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	26 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	46 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
07 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	27 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	47 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
08 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	28 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	48 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
09 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	29 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	49 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
10 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	30 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	50 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
11 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	31 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	51 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
12 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	32 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	52 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
13 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	33 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	53 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
14 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	34 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	54 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
15 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	35 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	55 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
16 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	36 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	56 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
17 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	37 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	57 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
18 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	38 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	58 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
19 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	39 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	59 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
20 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	40 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	60 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ

PORTUGUÊS

TEXTO

A justiça brasileira tarda, e tarda muito. Por aqui, entre o início de uma ação e a sentença podem se passar anos, ou mesmo décadas. Pior, o crime pode prescrever. Números do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) confirmam a percepção generalizada de que o nosso Judiciário anda a passos de tartaruga. De 2009 a 2016, o número de processos sem sentença, conhecido como de taxa de congestionamento, cresceu mais de 30% e chegou a 73% em 2016. Isso significa que apenas 27% de todos os processos que tramitaram nesse período foram solucionados, acumulando quase 80 milhões de casos pendentes. Temos o 30º Judiciário mais lento entre 133 países, segundo o Banco Mundial.

Essas cifras não indicam, no entanto, que os juízes brasileiros são ineficientes. O Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) em 2016 foi de 1.749 processos, o que significa a solução de mais de sete processos ao dia, em média, por juiz. São números muito melhores do que a média anual de 959 processos dos juízes italianos, 689 dos espanhóis e 397 dos portugueses, por exemplo, de acordo com dados de 2014.

Ao que poderia ser creditada, então, a lentidão da nossa Justiça? Uma das causas apontadas é justamente a falta de juízes. Conforme dados do CNJ de 2016, no Brasil há 8,2 magistrados para cada 100.000 habitantes, enquanto que a média nos países europeus é de 17,4. Na prática, os juízes brasileiros recebem o dobro de novos casos por ano em relação aos europeus, e esse volume só cresce, desenhando um cenário que começa a revelar o que está por trás dos problemas. Os Judiciários estrangeiros que funcionam melhor têm mais juízes e um número infinitamente menor de processos. Já a nossa taxa de congestionamento cresce naturalmente, seja pela grande quantidade de processos tramitando, seja pelo choque de decisões provisórias a que o sistema está sujeito. "Estamos em plena era da provisoriedade das decisões judiciais, com excesso de liminares, cautelares, habeas corpus e mandados de segurança contra decisões judiciais e recursos internos contra o que acabou de ser decidido. Quando eu era Ministro do STJ, cheguei a receber de 80 a 100 processos novos por dia!", revela Sidnei Beneti, ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça, livre-docente em Direito Processual Civil e doutor em Direito Processual Penal pela Faculdade de Direito da USP.

O excesso de demanda dentro do sistema é apontado como a causa fundamental da morosidade por Maurício Zanoide de Moraes, professor associado do Departamento de Direito Processual da USP. Para ele, tanto o Judiciário como a sociedade têm uma cultura do litígio, do conflito. Não procuramos a mediação e o acordo, por isso um número infinitamente grande de processos afoga o sistema. "Nenhum judiciário do mundo conseguiria dar conta da nossa demanda. Nossa estrutura jurídica foi desenhada em meados do século passado, para uma demanda muito menor. O excesso de 'judicialização', somado aos vários recursos e à frequente passagem para as instâncias superiores, que têm estrutura e capacidade menores e onde as decisões têm que ser colegiadas – feitas por um grupo de juízes -, acaba travando o sistema. E tudo desemboca nas instâncias superiores, que não dá conta." José Luiz Gavião de Almeida, Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e Professor da Faculdade de Direito da USP, concorda: "houve grande incentivo para o ingresso de ações no Judiciário, mesmo sabendo que ele não estaria aparelhado. O ideal seria o incentivo a outras formas de solução de conflitos, como a conciliação"

01. Quanto à tipologia textual, o texto lido pode ser classificado predominantemente como:

a) Narrativo

b) Descritivo

c) Argumentativo

d) Instrucional

e) Informativo

02. Assinale a opção que apresenta um trecho correto, quanto à concordância verbal:

a) No fim dos anos 80, ocorreram o bombardeio de informações sobre os efeitos nocivos dos raios ultravioleta, que levaram os frequentadores de praias a cuidar mais de sua saúde.

b) Um dermatologista americano criou uma escala com seis variações comuns de pele, os chamados fototipos, sistema usado para determinar os cuidados que cada pessoa deve ter ao se expor ao sol.

c) É bastante agradável os dias ensolarados, que permite a todas as pessoas aproveitar a praia, a beleza do mar, as ondas e a companhia dos amigos, além de adquirir uma bela cor bronzeada.

d) Uma das mais inovadoras linhas de pesquisa é as que investigam o papel da vitamina D na prevenção de doenças, e estão em andamento uma centena de estudos sobre esse tema.

e) Pessoas mais velhas, que tende a sair menos de casa, assim como os habitantes dos países do hemisfério norte, menos ensolarados, é mais suscetível à falta de vitamina D porque não se expõe ao sol habitualmente.

03. Assinale a opção que não apresente correção gramatical ou coerência:

a) O padrinho queria-lhe como a seu próprio filho.

b) Sua vida constitui em exemplo a ser seguido.

c) O funcionário atendeu o telefone.

d) Prefiro ficar em casa a andar por aí.

e) Sucesso, eu aspiro a ele.

04. Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de escrita para o uso do "porque". Assinale a opção em que a proposta apresente a grafia do termo sublinhado que se explique exatamente pelas mesmas razões da frase: ...*explica por que a palavra escrita é a grande ferramenta para entender o mundo*.

a) Por que a leitura ainda é indispensável?

b) Ler ainda é útil por quê?

c) Ler ainda é o caminho por que se vê o mundo.

d) O autor declara por que ler ainda é indispensável.

e) Ler, por que ainda fazer isso?

05. Cada uma das opções a seguir apresenta um par de frases com uma proposta de reescrita. Assinale aquela em que houve troca no emprego das expressões sublinhadas:

a) Antes de entrar, bata à porta. / Ao sair, bata a porta.

b) Sua equipe é maior que à nossa. / Sua equipe é superior a nossa.

c) Ele se faz às vezes de professor./Ele faz as vezes de professor.

d) O pai proibiu às filhas a ida ao teatro. / O pai proibiu as filhas de ir ao teatro.

e) O astrônomo estuda as estrelas à noite. / O astrônomo estuda a noite, identificando-lhe as estrelas.

06. Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o segmento destacado no trecho "*Esse ministro goza de enorme influência sobre o governo*" . Assinale a opção em que a proposta indicada mantém os sentidos e a correção gramatical do texto.

a)usufrui;

b)atribui-se;

c) empenha-se;

d)favorece;

e) alça-se.

07. Assinale a opção que foi transcrita com erro gramatical ou incoerência:

a) O processo de globalização significa que uma rede de dependências chega aos mais remotos cantos do planeta. Mas, hoje, essa rede ainda não atingiu seus limites.

b) Seria muito prematuro falar de uma sociedade global ou de uma cultura global, e mais ainda de uma política ou de um direito global.

c) Está surgindo um sistema social global neste extremo último do processo de globalização? Se tal sistema existe, não se assemelha aos sistemas sociais que costumamos considerar normativos.

d) Costumávamos pensar em sistemas sociais como uma totalidade de que coordenava e adaptava os aspectos da existência humana por meio de mecanismos econômicos, poder político e padrões culturais.

e) Hoje em dia, no entanto, aquele sistema que costumava coordenar tudo no mesmo nível e dentro de uma mesma totalidade foi separado e situado em níveis radicalmente diferentes.

08. *Há poucos dias assisti a um debate*... Neste caso, o verbo *haver* não recebe flexões e, por isso mesmo, é denominado *impessoal*. Assinale a alternativa que esteja correta e coerente quanto ao uso da mesma forma verbal:

a) Não se houve bem na eleição os candidatos da direita.

b) Hão de haver políticos que não gastem tanto.

c) Houveram muitas festas na inauguração do viaduto.

d) Hão de existir alguns amigos no novo bairro.

e) Haviam trinta carros na garagem.

09. Assinale a afirmativa em que há erro de regência verbal.

a) Este documento visa ao estabelecimento de normas para avaliação dos

técnicos.

b) O estabelecimento dessas normas implicou em demorado estudo das atribuições e tarefas dos técnicos.

c) O Setor Jurídico assistiu a Comissão que estudou o assunto.

d) Este documento constitui o resultado de minuciosa análise do assunto.

e) Lembrou-me o acontecimento daquele trágico ano.

10. Entre as opções a seguir, assinale aquela em que as orações apresentem a mesma relação sintático-semântica que se observa no trecho "manteve sua rotina de estudo, mesmo que em condições precárias" é:

a) tivesse chovido, as ruas estariam inundadas;

b) choveu a ponto de inundar as ruas;

c) as ruas ficaram inundadas: choveu demais;

d) por muito que chova, as ruas não serão inundadas

e) as ruas ficavam inundadas à medida que chovia.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Observe a recente postagem do professor Celso Natale.

Assinale a alternativa que contém uma proposição logicamente equivalente à proposição "Quando você acerta logo de primeira, você não aprende nada novo".

a) Quando você não acerta logo de primeira, você aprende algo novo.

b) Quando você não aprende nada novo, você acerta logo de primeira.

c) Você não aprende nada novo ou você não acerta logo de primeira.

d) Você acerta logo de primeira ou você aprende algo novo.

e) Você acerta logo de primeira e aprende algo novo.

12. Este simulado é constituído de 60 questões com cinco alternativas cada. Se todas as 60 questões são respondidas ao acaso, o número de maneiras distintas de se preencher o gabarito será:

a) 65

b) 300

c) 60^5

d) 5^{60}

e) 10^{30}

13. Uma urna contém duas bolas azuis e três bolas pretas, todas de mesmo tamanho e peso. Guilherme retira simultaneamente e ao acaso duas bolas da urna. A probabilidade de as duas bolas serem da mesma cor é de:

a) 20%

b) 30%

c) 40%

d) 50%

e) 60%

14. O professor Herbert pretende comprar mais uma câmera para seu estúdio. A câmera pode ser comprada à vista por R$ 19.000,00 ou pode ser comprada com uma entrada de R$ 5.000,00 e pagamento de uma parcela de R$ 14.840,00 após 60 dias da data da compra. A taxa de juros simples mensal cobrada na venda a prazo é de

a) 1,06%

b) 2,96%

c) 0,53%

d) 3,00%

e) 6,00%

15. O Estratégia lançará em breve o seu novo sistema de questões. Considere que, em um dia de trabalho, 18 funcionários conseguem cadastrar 600 questões trabalhando 5 horas por dia. Mantendo-se as mesmas proporções, 15 funcionários cadastrarão 750 questões, em um dia, trabalhando por dia, o tempo de

a) 8 horas e 15 minutos.

b) 9 horas.

c) 7 horas e 45 minutos.

d) 7 horas e 30 minutos.

e) 5 horas e 30 minutos.

16. O preço de um produto sofreu um aumento de 20%. Para que o produto passe a custa o que custava antes do aumento, o desconto deve ser de, aproximadamente,

a) 83,3%.

b) 22,0%.

c) 20%.

d) 13,4%

e) 16,7%

17. Considere as seguintes proposições para responder à questão.

P1: Se estudo intensamente ou faço revisões periódicas, então tenho chances de passar no TJ/RJ.

P2: Se tenho chances de passar no TJ/RJ, então não terei problemas para me aposentar.

P3: Se não terei problemas para me aposentar, então não pouparei dinheiro.

Pretende-se acrescentar ao conjunto de proposições P1, P2 e P3 uma nova proposição, P4, de modo que o argumento formado por P1, P2, P3 e P4, juntamente com a conclusão "Não pouparei dinheiro" constitua um argumento válido. Assinale a opção que apresenta uma proposta correta de proposição P4.

a) Não estudo intensamente ou não faço revisões periódicas.

b) Estudo intensamente e faço revisões periódicas.

c) Não estudo intensamente e não faço revisões periódicas.

d) Se estudo intensamente, então tenho chances de passar no TJ/RJ.

e) Se faço revisões periódicas, então tenho chances de passar no TJ/RJ.

18. Em uma reunião do Estratégia, Ricardo Vale, Heber Carvalho, Rosenval, Rubens Maurício, Tanaka e Paulo Bilynskyj vão se sentar em torno de uma mesa circular em cadeiras igualmente espaçadas. Sabendo que Rubens e Tanaka deverão ficar juntos, ou seja, um ao lado do outro, o número de maneiras diferentes que as pessoas podem ficar dispostas em volta da mesa é

a) 24

b) 48

c) 120

d) 240

e) 720

DIREITO CONSTITUCIONAL

19. Determinado Conselho Profissional, instituído sob a forma de autarquia federal, decide instaurar processo administrativo e multar a empresa X, que desenvolve atividade na área sob sua fiscalização. Inconformado com a medida, o representante legal da empresa comparece à sede da entidade, quando então é informado de que eventual recurso contra a multa aplicada somente será recebido caso seja realizado o depósito prévio da quantia discutida. À luz das disposições constitucionais e do entendimento do STF sobre o tema, assinale a opção verdadeira:

a) A exigência de depósito prévio, como requisito de admissibilidade de recurso administrativo, ofende a garantia constitucional do contraditório.

b) Não há qualquer inconstitucionalidade na determinação relativa ao depósito, uma vez que a vedação à exigência se aplica, exclusivamente, aos processos em que esteja sendo discutida a exigibilidade de crédito tributário.

c) Não há qualquer inconstitucionalidade na determinação relativa ao depósito, uma vez que a vedação à exigência se aplica, exclusivamente, aos processos judiciais.

d) Não há que se falar em contraditório e ampla defesa em processos administrativos, razão pela qual considera-se justificada a exigência imposta pela autarquia.

e) A exigência do depósito representa clara afronta aos princípios do devido processo legal, da proporcionalidade e da razoabilidade, todos implícitos na Carta Constitucional.

20. Gelinésio viu-se obrigado a fechar seu restaurante, devido ao fraco movimento e à má gestão do estabelecimento. Assim, resolve solicitar à Administração Pública autorização para vender comida pronta na rua, o que dependia de decisão discricionária do Poder Público. Ao final, a autoridade competente para conceder a autorização acaba negando o pedido de Gelinésio que, inconformado, procura um advogado, a fim de obter orientações acerca da possibilidade de impetração de mandado de segurança contra a decisão que lhe foi imposta. O advogado, ao ser consultado, deveria informar que:

a) Por tratar-se de ato discricionário, a decisão da Administração não poderá ser contestada, nem mesmo judicialmente.

b) O mandado de segurança, por destinar-se a atacar atos ilegais, não pode ser utilizado para impugnar atos não vinculados.

c) Caso comprovada a ilegalidade ou o abuso de poder por parte da autoridade administrativa, Gelinésio, satisfeitas as demais exigências legais, poderá valer-se da via do mandado de segurança para contestar a referida decisão.

d) Caso tenha recorrido administrativamente da decisão, enquanto não for julgado o recurso, Gelinésio não poderá impetrar o mandado de segurança.

e) Gelinésio não poderá impetrar mandado de segurança antes de esgotada a via administrativa.

21. Rosécio, Comandante da Marinha, figura no polo passivo de uma ação de habeas corpus. Romílio, Governador do Estado do Rio de Janeiro, cometeu crime comum, e Rosênio, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, cometeu crime de responsabilidade. Considerando o que determina a Constituição Federal, é correto afirmar que:

a) Rosécio deverá ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, enquanto Romílio não possui prerrogativa de foro atribuída diretamente pela Constituição Federal. Já Rosênio deverá ser jugado pelo Tribunal de Justiça respectivo.

b) Rosécio deverá ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, enquanto Romílio e Rosênio deverão ser julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.

c) Rosécio, Romílio e Rosênio deverão ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal.

d) Rosécio deverá ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, enquanto Romílio e Rosênio deverão ser julgados pelo Tribunal de Justiça respectivo.

e) Rosécio, Romílio e Rosênio deverão ser julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.

22. Tércia, brasileira naturalizada, advogada experiente e reconhecida nacionalmente por seus mais de 30 anos atuando na profissão, atualmente conta com 70 anos de idade. O Presidente da República, conhecedor de sua reputação irretocável, deseja nomeá-la como Ministra do Supremo Tribunal Federal. Conforme o que preleciona a Constituição da República, a pretendida nomeação:

a) Seria inconstitucional e Tércia jamais poderá integrar o corpo de Ministros da Suprema Corte.

b) É permitida, desde que seu nome seja previamente aprovado pelo Senado Federal, mas Tércia não poderá tornar-se Presidente do órgão máximo do Poder Judiciário.

c) É válida, desde que seu nome seja previamente aprovado pelo Senado Federal, mas Tércia deverá aposentar-se ao completar 75 anos de idade.

d) Apenas poderá ser feita no momento em que Tércia completar 35 anos de atuação como advogada.

e) Seria válida, se Tércia fosse brasileira nata.

23. Vivaldo, atual prefeito do município X, nomeou seu filho mais novo, Vivídio, como secretário municipal. Em seguida, Vivídio decide nomear Venâncio, seu irmão mais velho, para exercer função de confiança em determinado departamento de sua secretaria. Considerando que nem Vivídio nem Venâncio prestaram concurso público, pode-se afirmar que:

a) A nomeação de Vivídio e Venâncio são inconstitucionais, por caracterizar nepotismo, no primeiro caso, e por afronta à exigência constitucional de realização de concurso público, no segundo.

b) A nomeação de Vivídio e Venâncio são inconstitucionais, uma vez que a nomeação de parentes da autoridade nomeante, até o terceiro grau, para o exercício dos cargos em questão, é vedada pela Constituição.

c) A nomeação de Vivídio não encontra óbice no ordenamento jurídico brasileiro, mas Venâncio não poderia ter sido designado para exercer a função de confiança.

d) As nomeações seriam plenamente válidas, caso ausente a relação de parentesco entre Vivaldo, Vivídio e Venâncio.

e) A nomeação de Vivídio e Venâncio são inconstitucionais, uma vez que ambos ocupam funções de confiança, as quais destinam-se exclusivamente a servidores efetivos.

24. Determinada lei estadual, versando sobre normas gerais de Direito Econômico, foi aprovada pela Assembleia Legislativa e publicada pelo Governador do Estado X. Considerando a situação descrita, assinale a opção que encontra correspondência com as determinações constitucionais:

a) A lei deve ser considerada constitucional, desde que a União, por meio de Lei Complementar, tenha autorizado os demais Estados da federação a legislar sobre o assunto.

b) A lei é constitucional, caso tenha sido editada em razão da inércia legislativa da União, mas poderá ter seus efeitos suspensos naquilo que contrarie possível futura lei federal versando sobre o mesmo tema.

c) É inconstitucional, por evidente invasão da competência privativa da União.

d) É inconstitucional, em qualquer hipótese, uma vez que os Estados apenas poderão legislar sobre a matéria em questões específicas e relacionadas à sua realidade.

e) É válida, até que seja revogada por lei federal disciplinando o tema.

25. Assinale a alternativa que contém uma afirmação verdadeira sobre as funções atribuídas pela Constituição Federal ao Ministério Público:

a) Compete ao Ministério Público, exclusivamente, promover a ação civil pública.

b) As funções reservadas ao Ministério Público foram taxativamente enumeradas pela Constituição, sendo inconstitucionais quaisquer atos destinados a ampliar esse rol de atribuições.

c) Ao Ministério Público cabe o controle interno da atividade policial, bem como a requisição de diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial.

d) Entre as funções do Ministério público, encontra-se a de exercer a consultoria jurídica de entidades públicas.

e) Defender os interesses das populações indígenas é atribuição dessa instituição, por expressa previsão constitucional.

26. Jenny nasceu no Brasil, no momento em que seus pais, nacionais da Itália, a qual adota o critério jus sanguinis para a aquisição de nacionalidade originária, encontravam-se no Brasil, de férias. Pode-se dizer que Jenny, de acordo com as regras relativas ao direito de nacionalidade, será:

a) Polipátrida, uma vez que, por ocasião de seu nascimento, será considerada italiana e, também, brasileira nata.

b) Será considerada brasileira nata e, caso venha a requerer a cidadania italiana por ato meramente voluntário, poderá perder a nacionalidade brasileira.

c) Será considerada italiana, mas poderá requerer a naturalização brasileira, após atingida a maioridade e desde que venha a residir no Brasil.

d) Será apátrida, uma vez que seu nascimento não se enquadra em nenhuma hipótese de aquisição originária de nacionalidade.

e) Será brasileira nata, apenas, já que o ordenamento jurídico pátrio não comporta hipótese de aquisição de nacionalidade por meio do critério *jus sanguinis.*

DIREITO ADMINISTRATIVO

27. Em relação aos princípios do direito administrativo, assinale a alternativa correta:

a) O princípio da supremacia do interesse público impõe limites à atuação estatal, viabilizando o atendimento a fins de interesse geral.

b) Os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, embora representem normas jurídicas, não têm o condão de ensejar a anulação de atos administrativos discricionários.

c) O princípio da impessoalidade postula que o gestor público deve atuar de modo a buscar a perfeição e o melhor rendimento funcional da atividade administrativa.

d) Os princípios da legalidade e da moralidade se complementam materialmente, mas guardam importantes distinções, de sorte que o ato imoral não dá azo à sua invalidação, diferentemente do que se observa em relação ao ato ilegal.

e) O princípio da confiança legítima, que consiste na dimensão subjetiva do princípio da segurança jurídica, busca evitar comportamentos contraditórios por parte do Estado.

28. Em relação à organização administrativa, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Os bens das autarquias são, via de regra, considerados imprescritíveis, inalienáveis e impenhoráveis.

b) As autarquias representam pessoas jurídicas de direito público, criadas diretamente por meio de lei e se sujeitam, em regra, ao regime de precatórios.

c) O vínculo jurídico entre as entidades descentralizadas e a administração central fundamenta-se nos princípios da especialização e da tutela.

d) O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro é exemplo de administração centralizada desconcentrada.

e) Ao explorarem atividades econômicas, as autarquias são excluídas do orçamento fiscal.

29. Astrogildo estuda há cinco anos para o cargo de Fiscal de Rendas de determinado ente federativo, passando suas tardes em cabines de estudo próximas à sua academia, em que pratica artes marciais. Em determinado dia, o concursando se desentendeu com a pessoa que estudava na cabine ao lado, agredindo-a e provocando-lhe severas lesões corporais. Após o ocorrido, Astrogildo tatuou a palavra "Jesus" em seu peito e passou a responder a processo penal por lesão corporal dolosa, sendo considerado réu perante uma das varas criminais da justiça estadual, sendo que a respectiva ação não foi objeto de julgamento de mérito. Nesta situação:

a) O edital do concurso de fiscal de rendas poderá impedir Astrogildo de concorrer ao cargo em razão de sua tatuagem.

b) A tatuagem de Astrogildo não pode impedir sua inscrição no concurso, mas sua remoção é condição para a posse.

c) O edital do concurso de fiscal de rendas poderá impedir Astrogildo de concorrer ao cargo em razão de responder a ação penal.

d) Caso seja aprovado fora das vagas previstas no edital, em regra Astrogildo fará jus à nomeação, durante o prazo de validade do certame.

e) O edital do concurso de fiscal de rendas não poderá impedir Astrogildo de concorrer ao cargo unicamente em razão de responder a processo penal.

30. No que se refere aos poderes da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

a) Considera-se omissão genérica a situação em que o administrador mostra-se inerte a despeito de expressa previsão legal prescrevendo sua atuação em determinado prazo.

b) A expedição dos regimentos internos das organizações públicas é manifestação do poder normativo da Administração.

c) A prática de atos de polícia relativos à fase de consentimento pode ser delegada a particulares.

d) A concessão de licença no exercício do poder de polícia é exemplo de ato discricionário.

e) Ocorre excesso de poder nas situações em que o administrador busca alcançar fim diverso daquele preceituado em lei.

31. Nos termos da jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal, a concessão de aposentadoria voluntária à conta do regime próprio da previdência social é considerada:

a) ato discricionário.

b) ato geral.

c) ato composto.

d) ato complexo.

e) ato simples.

32. No tocante às características da convalidação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

a) Consiste em ato vinculado.

b) Opera efeitos prospectivos.

c) Requer que o ato a ser convalidado seja considerado anulável.

d) Pode implicar prejuízo a terceiros, desde que não lesione o interesse público.

e) Pode resultar do controle judicial dos atos administrativos.

33. A responsabilidade civil do Estado possuirá, em regra, natureza subjetiva na seguinte situação:

a) prejuízo decorrente de ação de empregado de sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica.

b) dano provocado por servidor da justiça estadual no exercício de suas funções.

c) prejuízo provocado por funcionário de empresa privada que atua como concessionária de serviço público, no exercício de suas atribuições.

d) dano decorrente de conduta de servidor pertencente a autarquia federal, atuando no exercício de suas funções.

e) prejuízo ocorrido em virtude da conduta culposa de servidor pertencente a fundação pública de direito privado.

34. No que diz respeito à frequência e ao horário dos servidores públicos civis do Rio de Janeiro, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O registro de ponto deverá conter as entradas e saídas diárias do funcionário, bem como todos os elementos necessários à apuração da frequência.

b) É vedado dispensar o funcionário do registro do ponto, bem como abonar faltas ao serviço, salvo nos casos expressamente previstos em lei ou regulamento.

c) É possível, em caráter excepcional, justificar falta ao serviço, com vistas a elidir efeitos disciplinares decorrentes da ausência.

d) O abono e a justificação de faltas ao serviço serão da competência do Secretário de Estado ou autoridade equivalente.

e) O funcionário deverá permanecer em serviço durante as horas de trabalho ordinário e, quando convocado, também durante o trabalho extraordinário.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

35. Sobre a competência para as ações fundadas em direito real sobre imóveis, é corretor afirmar que:

a) será determinada pelo foro de domicílio do réu.

b) em se tratando de ação possessória imobiliária, a ação será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.

c) em se tratando de ação possessória imobiliária, a ação será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa.

d) o autor poderá optar sempre pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição.

e) não há que se falar em foro de eleição, pois as hipóteses apresentadas pelo Código de Processo Civil são de competência absoluta.

36. Sobre a representação ativa e passiva em juízo, assinale a alternativa correta.

a) A União será representada pela Advocacia-Geral da União sempre diretamente.

b) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão representados exclusivamente por seus procuradores.

c) A massa falida será representada pelo seu curador.

d) A herança jacente ou vacante será representada pelo administrador judicial.

e) O espólio será representado pelo inventariante.

37. Quanto às despesas processuais, pode-se afirmar:

a) Incumbe às partes prover as despesas dos atos que realizarem ou requererem no processo, efetuando o pagamento após a realização do ato.

b) Incumbe ao autor adiantar as despesas relativas a ato cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público, quando sua atuar como parte ou como fiscal da ordem jurídica.

c) As despesas abrangem as custas dos atos do processo, a indenização de viagem, a remuneração do assistente técnico e a diária de testemunha.

d) Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, as despesas serão pagas por aquele que deu causa ao processo.

e) Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, as despesas serão proporcionalmente distribuídas entre eles.

38. O Código de Processo Civil de 2015 valorizou a solução consensual de conflitos prevendo que os tribunais criarão centros judiciários com essa finalidade. Sobre o tema:

a) A composição e a organização dos centros serão definidas pelo respectivo tribunal, observadas as normas do Supremo Tribunal Federal.

b) O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.

c) O mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.

d) A conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada.

e) Confidencialidade não é princípio aplicável à conciliação e à mediação uma vez que o princípio da publicidade é regra absoluta no Processo Civil contemporâneo.

39. O valor da causa é um dos requisitos da petição inicial e é capaz de repercutir sobre a competência, o procedimento, o cálculo de custas e preparo recursal, por exemplo. De acordo com o Código de Processo Civil,

a) Toda causa apresentará um valor certo, desde que tenha conteúdo econômico imediatamente aferível.

b) O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e corresponderá, na ação de alimentos, à soma das 12 prestações mensais pedidas pelo autor.

c) Na ação indenizatória por dano moral, o valor da causa poderá ser fixado pelo magistrado.

d) O juiz corrigirá, apenas a requerimento da parte contrária, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor, caso em que se procederá ao recolhimento das custas correspondentes.

e) O réu poderá impugnar, em preliminar da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor, sob pena de preclusão, e o juiz decidirá a respeito, sem necessidade de complementação de custas.

40. Com base nas disposições do Código de Processo Civil, indique a alternativa que não apresenta hipótese de resolução do mérito:

a) quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção.

b) quando o juiz decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.

c) quando o juiz homologar o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção.

d) quando o juiz homologar a transação ou a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.

e) quando o juiz homologar a desistência da ação.

41. O agravo de instrumento foi um dos recursos que mais sofreu alterações com o Código de Processo Civil de 2015. Sobre o recurso, é correto afirmar que:

a) O agravo de instrumento caberá contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

b) O agravo será dirigido ao juízo prolator da decisão agravada, por meio de petição com peças obrigatórias e facultativas.

c) Na falta da cópia de qualquer peça ou no caso de algum outro vício que comprometa a admissibilidade do agravo de instrumento, deve o relator considerá-lo inadmissível.

d) O agravo de instrumento é dotado de efeito suspensivo automático.

e) O agravo de instrumento não é cabível contra decisões interlocutórias que versem sobre o mérito do processo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

42. Acerca das disposições preliminares do CPP, assinale a alternativa correta:

a) O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, pelo CPP, inclusive no que tange aos processos da competência da Justiça Militar.

b) No caso de jurisdição política, aplica-se o CPP.

c) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

d) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, exceto em relação aos processos já em curso.

e) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, mas somente em relação à fase processual seguinte.

43. Foi instaurado inquérito policial em desfavor de Eduardo, pela suposta prática do crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo. O inquérito foi instaurado em 10.01.2020, tendo sido decretada a prisão preventiva de Eduardo em 13.01.2020, e efetivamente cumprido o mandado de prisão em 16.01.2020.

Nesse caso, é correto afirmar que o inquérito policial deverá se encerrar em:

a) 10 dias, a contar de 10.01.2020

b) 10 dias, a contar de 13.01.2020

c) 10 dias, a contar de 16.01.2020

d) 30 dias, a contar de 13.01.2020

e) 30 dias, a contar de 16.01.2020

44. Nas ações penais privadas, falecendo o querelante, poderão prosseguir na ação:

a) O cônjuge, o descendente, o ascendente e o irmão, nessa ordem.

b) O cônjuge, o descendente e o ascendente, apenas, nessa ordem.

c) O cônjuge, o ascendente, o descendente e o irmão, mas não há ordem de preferência.

d) O cônjuge, o ascendente, o descendente e o irmão, nessa ordem.

e) Apenas o cônjuge e o ascendente, nessa ordem.

45. No que tange à renúncia e ao perdão do ofendido, é correto afirmar que:

a) ambos geram a extinção da punibilidade, caso preenchidos seus requisitos

b) a renúncia é anterior ao processo, enquanto o perdão ocorre durante o processo; ambos, porém, dependem de aceitação pelo infrator.

c) a renúncia é anterior ao processo, enquanto o perdão ocorre durante o processo; ambos, porém, dispensam a aceitação pelo infrator.

d) a renúncia ocorre durante o processo, e deve ser aceita pelo querelado para que produza seus regulares efeitos.

e) O perdão ocorre antes do ajuizamento da queixa-crime, e dispensa aceitação pelo infrator.

46. No que se refere ao desaforamento, assinale a alternativa correta:

a) O desaforamento poderá ocorrer se houver dúvida sobre a imparcialidade do júri

b) O risco à segurança pessoal do acusado não é fundamento idôneo para a decretação do desaforamento

c) O desaforamento poderá ser requerido pelo Ministério Público, mas não pelo assistente de acusação.

d) O Juiz competente não poderá representar ao Tribunal pelo desaforamento.

e) O desaforamento também poderá ser determinado, em razão do comprovado excesso de serviço, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 03 meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.

47. Sobre o assistente de acusação, analise as assertivas:

I – O corréu, no mesmo processo, não poderá atuar como assistente de acusação.

II – O assistente será admitido enquanto não passar em julgado a sentença e receberá a causa no estado em que se encontrar.

III – O assistente será admitido em qualquer fase do processo, na ação penal privada.

Está correto o que se afirma APENAS em:

a) I e II

b) I e III

c) II e III

d) II

e) III

48. No que tange à sentença, é correto afirmar que:

a) Se o réu estiver preso, a intimação da sentença será feita por edital.

b) Qualquer das partes poderá, no prazo de 05 dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.

c) O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, caso existam circunstâncias que excluam o crime ou isentem o réu de pena, o mesmo não ocorrendo caso haja fundada dúvida sobre sua existência.

d) O juiz, ao proferir sentença condenatória fixará valor máximo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.

e) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que tenha de aplicar pena mais grave que aquela prevista para o delito originalmente imputado ao agente.

NOÇÕES DE CUSTAS JUDICIAIS

49. Sobre os enunciados administrativos do fundo especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, divulgados no AVISO TJ N° 57/2010 a respeito do pagamento das custas, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A taxa judiciária é devida no momento da propositura da ação e incide sobre o valor do pedido.

b) Caso o pedido seja meramente estimativo ou genérico, ou se houver litigante ao abrigo da gratuidade de justiça, a taxa será posteriormente complementada ou recolhida após o trânsito em julgado da sentença ou acórdão, incidindo sobre o valor da condenação e cobrando-se da parte sucumbente a diferença ou o recolhimento integral, conforme o caso.

c) Incide taxa judiciária relativa a inventário na separação e no divórcio consensual, mesmo que as partes acordem sobre a partilha ou optem pelo estabelecimento de um condomínio no patrimônio comum, no momento da dissolução da sociedade conjugal.

d) Ao serventuário processante cabe a verificação do correto recolhimento de custas e emolumentos referentes ao Avaliador, ao Contador e ao Partidor, sem embargo do exercício dessa atribuição pelo Titular.

e) O requerimento de isenção do pagamento de custas processuais, decorrente de certidão de débito expedida por serventia judicial, por tratar de matéria jurisdicional, deverá ser encaminhado ao Juízo de origem, não comportando apreciação no âmbito das atribuições do Fundo Especial. Após a inscrição do débito em Dívida Ativa, o requerimento em tela deverá ser indeferido e as manifestações do devedor deverão ser exclusivamente analisadas em sede executiva fiscal.

50. Sobre os enunciados administrativos do fundo especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, divulgados no AVISO TJ N° 57/2010 a respeito do pagamento das custas, assinale a alternativa CORRETA:

a) Após a extração da certidão de débito a comprovação do recolhimento deverá ser feita ao cartório.

b) A regularização, nos autos de processo judicial, do recolhimento de valores referentes a custas e taxa judiciária, provenientes de Guia de recolhimento eletrônico – GRERJ - cuja autenticação mecânica haja sido considerada inidônea pela instituição bancária, não inclui o necessário pagamento da multa.

c) A propositura da ação civil pública, por qualquer de seus legitimados, enseja o recolhimento antecipado de custas e taxa judiciária.

d) A multa aplicada ao perito remisso, nos termos do art. 424 do código de processo civil, constitui receita do FETJ (Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), portanto, comporta cobrança administrativa.

e) No ofício de devolução das cartas precatórias oriundas de processos falimentares ou expedidas ex ofício, o Juízo deprecado informará ao Juízo deprecante os valores devidos ao FETJ, para oportuno recolhimento por meio de GRERJ.

51. De acordo com as disposições do Ato Normativo nº 08/2009 do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) A GRERJ - Guia de Receita Judiciária Eletrônica do TJRJ – será usada para pagamento dos valores devidos na esfera judicial.

b) A serventia processante obrigatoriamente imprimirá e juntará aos autos, extrato dos recolhimentos efetuados em GRERJ Eletrônica, para fins de certificação dos valores pagos.

c) O usuário terá a sua disposição para preenchimento modelos de recolhimento pré-definidos, que poderão ser por ele alterados, ou o formulário em branco.

d) O Tribunal de Justiça não se responsabilizará pelo preenchimento incorreto de qualquer GRERJ Eletrônica.

e) Os modelos constantes do portal serão confeccionados pela Divisão de Custas e Informações da Corregedoria Geral da Justiça, em consonância com as leis e atos normativos vigentes, com o objetivo de auxiliar o preenchimento pelo usuário, que deverá complementá-los de acordo com suas necessidades, sendo os mesmos exaustivos.

52. De acordo com as disposições dos enunciados administrativos do fundo especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, divulgados no AVISO TJ N° 57/2010 a respeito do pagamento das custas, assinale a alternativa INCORRETA:

a) As custas são devidas pela prática dos atos processuais devendo ser
Cobradas de acordo com a natureza do processo e o rito processual que lhe corresponder, independentemente de os atos se cumprirem de forma concentrada (uma só diligência) ou individualizada.

b) As custas pertinentes aos atos de interdições e tutelas serão cobradas de acordo com a competência do Juízo, ensejando, em ambas as hipóteses, o recolhimento de taxa judiciária mínima.

c) Em nenhuma hipótese, o recolhimento das custas e a taxa judiciária poderá ocorrer ao fim do processo.

d) O Juízo competente poderá negar homologação a acordo em que as partes disponham de modo a lesar o Fundo Especial do Tribunal de Justiça, como no caso de, sendo uma delas beneficiária da gratuidade, estabelecerem que o pagamento de taxa judiciária, custas e demais despesas do processo sejam encargo daquela que goza do benefício.

e) Não há amparo legal para que as receitas do FETJ venham a custear despesas processuais, por solicitação de autoridade judiciária.

53. De acordo com a Lei nº 3.350 de 29 de Dezembro de 1999, do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa correta:

a) As custas serão pagas e recolhidas pelos interessados em estabelecimento bancário indicado pelo Tribunal de Justiça, cabendo ao réu, nos termos da lei processual vigente, o seu adiantamento no caso de atos e diligências requeridas pelo Ministério Público ou ordenadas, de ofício, pelo Juiz.

b) As despesas postais, de publicação, de reprodução de plantas e cópias de microfilme serão pagas antecipadamente pelo interessado.

c) Quando o valor declarado para o ato for diverso do atribuído pelo Poder Público, para efeitos de qualquer natureza, os emolumentos serão calculados sobre o menor valor.

d) Havendo dúvida fundada quanto à isenção a ser observada, deverá o notário ou registrador suscitá-la ao Juízo competente em 48 (quarenta e oito) horas úteis, a qual deverá ser dirimida em igual prazo.

e) Haverá restituição de custas ou emolumentos por ato ou diligência efetivamente realizados e posteriormente tornados sem efeito por culpa do interessado.

54. Tendo por base a Lei nº 3.350 de 29 de Dezembro de 1999, que dispõe sobre as custas judiciais e emolumentos dos Serviços Notariais e de Registros no Estado do Rio de Janeiro, bem como o Decreto/Lei nº 05/1975, que institui o Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa correta:

a) Segundo a Lei nº 3.350/1999, Consideram-se custas ou despesas judiciais, a serem contadas para efeitos processuais, o valor monetário correspondente a publicação de atos processuais em órgãos de divulgação.

b) Segundo a Lei nº 3.350/1999, é permitido a exigência de taxa de urgência em casos de tutelas de urgência que demandem um rápido provimento judicial.

c) De acordo com o Decreto/Lei nº 05/1975, estão sujeitos ao pagamento da taxa judiciária, em separado, os serviços prestados em qualquer fase do processo de cognição ou execução bem como seus incidentes, ainda que processados em apartado.

d) De acordo com o Decreto/Lei nº 05/1975, as ações de declaração de crédito e pedidos de alvarás em apenso aos processos de inventário estão sujeitas a incidência de taxa.

e) De acordo com o Decreto/Lei nº 05/1975, Nenhum serventuário ou funcionário da Justiça poderá arquivar processos e dar baixas nos registros de distribuição, sem que tenha sido paga a Taxa Judiciária devida, salvo quando expressamente autorizado pelo juiz competente.

CODJERJ, CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

55. Conforme o Decreto-Lei n. 220/1975, que trata do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, é vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicos, exceto o de:

I - um cargo de juiz com outro de professor.

II dois cargos de professor.

III - um cargo de professor com outro técnico ou científico.

IV- dois cargos privativos de médico.

Assinale a alternativa que indica as assertivas corretas:

a) I e II

b) II, III e IV

c) III e IV

d) I, II, III e IV

e) II, I e IV

56. Conforme o Decreto-Lei n. 220/1975, que trata do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, julgue a situação a seguir:

Mário, servidor público do Rio de Janeiro, ficou ausente do serviço, sem causa justificada, por 25 (vinte e cinco) dias, durante o último ano, por este motivo poderá, após processo administrativo:

a) sofrer penalidade de advertência pública.

b) ser demitido do serviço público.

c) ser suspenso por até 15 dias.

d) ser suspenso por até 30 dias.

e) ser suspenso por até 90 dias.

57. Conforme a Lei n. 6.956/2015 que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro o território do Estado, para efeito da administração do Poder Judiciário, divide-se em Regiões Judiciárias, Comarcas, Distritos, Subdistritos, Circunscrições e Zonas Judiciárias. A este respeito assinale a alternativa INCORRETA:

a) Cada Comarca compreenderá um ou mais Municípios, contíguos ou não.

b) As Regiões Judiciárias serão integradas por grupos de Comarcas ou Varas, conforme resolução do Tribunal de Justiça.

c) Ato Normativo Conjunto do Presidente do Tribunal de Justiça e do Corregedor-Geral da Justiça disciplinará a utilização de meio eletrônico para os atos de comunicação processual, substituindo, sempre que possível, o emprego de meio impresso.

d) O Presidente do Tribunal de Justiça poderá transferir, provisoriamente, a sede de Comarca, Juízo ou Juizado, em caso de necessidade ou relevante interesse público.

e) As situações decorrentes da modificação ocorrida na divisão política e administrativa do Estado serão reguladas na alteração da organização e divisão judiciárias que se seguir, prevalecendo até lá as existentes.

58. Conforme a Lei n. 6.956/2015, que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, ao Corregedor-Geral incumbe:

a) eleger o Diretor-Geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

b) eleger doze membros do Órgão Especial e seus respectivos suplentes.

c) prestar ao Tribunal de Justiça as informações devidas nas promoções, remoções e permutas de magistrados de primeiro grau.

d) eleger dois Desembargadores e dois Juízes de Direito, e seus respectivos suplentes, para integrarem o Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

e) eleger cinco desembargadores para compor o Conselho da Magistratura.

59. Conforme a Lei nº 6.956/2015, que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, ao 3º Vice-Presidente incumbe, EXCETO:

a) substituir o 1º Vice-Presidente, sem prejuízo de suas atribuições próprias.

b) integrar o Órgão Especial e o Conselho da Magistratura.

c) exercer as funções administrativas e judicantes que lhe forem delegadas pelo Presidente ou atribuídas pelo Regimento Interno.

d) tomar parte nos julgamentos do Órgão Especial, sem as funções de relator ou revisor, salvo quando vinculado por vista, distribuição anterior ou competência regimental.

e) admitir, inadmitir, sobrestar, suspender, realizar o juízo de conformidade e indeferir o processamento dos recursos especiais e extraordinários interpostos para os Tribunais Superiores.

60. Conforme a Lei n. 6.956/2015, que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, compete ao Conselho da Magistratura, dentre outras competências previstas em regimento próprio:

I. exercer atividades de controle, supervisão e fiscalização sobre órgãos que integram a estrutura do Poder Judiciário.

II. dispor sobre a realização de concursos públicos para o provimento dos cargos de serventuário e para delegação de serviço notarial e de registro.

III. decidir sobre criação, extinção, alteração ou modificação de competência dos órgãos julgadores de segundo grau.

IV. eleger o Diretor-Geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Assinale a alternativa que indica as assertivas corretas:

a) I e II.

b) II e IV.

c) II, III e IV.

d) I, II e III.

e) I, II, III e IV.

Estratégia Concursos

Preencha o Gabarito!

http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-16-02

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!